

Frente Parlamentar Ambientalista

Ano II - Brasília, dezembro de 2008



Atividades da Frente Parlamentar Ambientalista 2007/2008

A Frente Parlamentar Ambientalista, recriada em fevereiro de 2007, com o objetivo de assegurar que a agenda ambiental integrasse a pauta do Legislativo federal, bem como de apoiar políticas públicas e ações governamentais e da iniciativa privada obteve importantes resultados nesses dois anos de trabalho.

Apresentamos neste documento um balanço das nossas atividades

Algumas reflexões sobre a questão ambiental

Situações de crise e mesmo os desastres, com todos os seus efeitos extremamente negativos, explicitam vulnerabilidades e, por isso, costumam gerar mudanças em nossa vida pessoal e também na vida social. Sob esse enfoque, podem ter consequências positivas ao gerarem aprendizado pela experiência. Esse tipo de aprendizado, quando aplicado ao campo das políticas públicas, pode implicar alterações de relevo em práticas governamentais arraigadas, que nem sempre são submetidas aos necessários processos de avaliação. Pode impulsionar a adoção de novas ferramentas e estratégias de ação.

A crise econômica mundial, assim como os desastres ocasionados por extremos climáticos, de que Santa Catarina acaba de ser vítima, tudo configura uma crise ambiental sem precedentes, esta circunscrita numa crise ainda maior, uma crise de humanidade. Assistimos a um só tempo a calamidades que resultam do irresponsável produtivismo, que almeja o crescimento descontrolado e infinito, como se infinitos fossem os recursos e inseqüentes os ardis dos jogos financeiros. O que presenciamos é apenas o sintoma de algo muito mais grave, que não se restringe à crise financeira, mas constitui-se numa crise da opção por padrão de consumo, por padrão de desenvolvimento.

Diante disso, as dificuldades históricas de atingir-se efetividade no combate ao desflorestamento e à degradação ambiental também colocam-se num limite configurando-se em semelhante situação de crise. Tais dificuldades expõem a necessidade de se repensar uma política ambiental hoje centrada, quase que exclusivamente, nos chamados mecanismos de comando e controle. É evidente que esse instrumental não pode ser abandonado, mas esgotou suas possibilidades de resolver sozinho os problemas existentes. Faz-se premente o reforço vigoroso da aplicação dos instrumentos econômicos de política ambiental.

Por isso, assumem grande relevância iniciativas, como a Frente



te Parlamentar Ambientalista, que nesses dois anos colocou em pauta o debate de grandes temas, reunindo parlamentares e a sociedade civil para discutir um novo modelo de desenvolvimento construído com base na sustentabilidade. A Frente contribuiu para os recentes avanços conseguidos no relatório da Reforma Tributária, mediante a previsão de inserção dos princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor em todo nosso sistema tributário. Esse e outros dispositivos de cunho ambiental, incluídos no texto elaborado pelo relator Deputado Sandro Mabel, constituem uma vitória para a Frente. Nessa mesma linha, vemos também com entusiasmo as propostas que vêm sendo apresentadas no Legislativo direcionadas à criação de novos instrumentos econômicos de política ambiental.

No ensejo de se obter algum aprendizado com a crise, chega o momento de adoção de novas ferramentas e estratégias de ação. Assim, no contexto de auxílio do governo a bancos e a determinados setores produtivos, como estratégia de mitigação da atual crise econômica, avaliamos como oportuna a estratégia de exigir-se dos beneficiados contrapartidas de cunho social e ambiental, por meio do estabelecimento de novos instrumentos econômicos fiscais e creditícios.

Os países desenvolvidos estão, sob vários aspectos, adotando caminhos semelhantes, atacando

de forma concomitante as crises econômica e climática. Barack Obama, em discurso recente, afirmou que “poucos desafios que se colocam diante da América e do mundo são mais urgentes do que combater a mudança climática”. E mais, prometeu investir 15 bilhões de dólares ao ano em pesquisas sobre tecnologia limpa, referindo-se à possibilidade de criação de 5 milhões de empregos frente à nova economia, a economia ecológica.

Situações de crise e desastres também são oportunidades para que os atores sociais, de uma forma ampla, repensem suas posições, sua visão de mundo. O aquecimento global, cuja existência chegou inicialmente a ser contestada por alguns agentes técnicos e políticos a serviço de determinados grupos da economia, hoje é colocado de forma unânime como uma questão a ser solucionada com a participação de todos. Nesse sentido, a Frente Parlamentar Ambientalista tem procurado incentivar, ao máximo possível, o debate sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas, nas esferas tanto da legislação que regulará o tema, quanto das ações a cargo essencialmente do Poder Executivo.

Tem-nos preocupado sobremaneira, contudo, a resistência de alguns atores em rever suas posições, ou melhor, em participar desse processo de aprendizado técnico e político que o enfrentamento dos problemas de maior gravidade nos proporciona.

Os problemas estão colocados: aquecimento global, extinção de espécies cuja relevância, inclusive para produção de medicamentos, sequer chegou a ser pesquisada, redução do volume de recursos hídricos disponíveis para consumo humano, desertificação, desmoronamento de encostas e enchentes nos núcleos urbanos e tantos outros. Em face disso tudo, não se podem mais aceitar padrões de crescimento econômico lastreados em uma perspectiva antropocêntrica extrema, arcaica, que entende os recursos naturais meramente como insumos do processo produtivo, ignora a equidade intergeracional e vê os instrumentos de política ambiental apenas como entraves ao processo produtivo.

Não obstante, a Frente Parlamentar Ambientalista, depara-se dia a dia com esse tipo de postura, que, infelizmente, ainda é encontrada em importantes atores governamentais e em alguns representantes do setor produtivo. O melhor exemplo são as posições de defesa ferrenha de flexibilizações no Código Florestal, a nossa principal lei federal de tutela das florestas e outras formas de vegetação. Com justificativas distorcidas, que utilizam, entre outros argumentos, a crise de produção de alimentos, têm sido cada vez mais vigorosas as pressões por alterações nefastas na legislação florestal. Como se o desflorestamento e a retirada de matas ciliares e de proteção de encostas fosse solução para a agricultura brasileira. Esta deveria pretender-se, devido a seu porte e sua representatividade mundial, cada vez mais eficiente e responsável nos quesitos produtividade e conservação. A derrubada de mais áreas naturais, para a mera expansão da fronteira agrícola, nada mais é que a repetição de uma prática simplista de produção, baseada numa visão imediatista. Temos de pensar nas futuras gerações. Os recursos naturais são esgotáveis e a terra já não repõe 20% do que dela é retirado.

Sarney Filho

Coordenador da Frente
Parlamentar Ambientalista

Atividades da Frente

2º semestre de 2008

Dezembro

Frente lança o Observatório Parlamentar

A Frente Parlamentar Ambientalista fechou o seu trabalho de 2008 com o lançamento do Observatório Parlamentar, que reúne a análise das principais proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional relacionadas ao meio ambiente. O documento desenvolvido pela Frente, em parceria com a SOS Mata Atlântica, a partir de agora, será uma importante ferr-

amenta de trabalho para todos os setores e pessoas interessados nas questões ligadas ao meio ambiente e à sustentabilidade. As informações podem ser acessadas no site www.frenteambientalista.com.

As proposições foram agrupadas nos temas: Mudanças Climáticas; Florestas e Proteção à Flora e Fauna; Cerrado e Caatinga; Áreas Protegidas; Resíduos Sólidos; Controle da

Poluição; Energia Renovável; Instrumentos Econômicos de Política Ambiental; Crimes Ambientais; Meio Ambiente Urbano; Recursos Hídricos; Recursos Aquáticos e outros temas. A reunião também marcou o lançamento da Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores.

O movimento deverá funcionar como "um fio terra" entre o que acontece no Congresso Nacional e os reflexos nos es-

tados e municípios. O diretor da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, dá como exemplo a discussão da mudança no artigo 23 da Constituição, em discussão na Câmara, que trata da cooperação entre municípios, estados e União na área ambiental. "É fundamental que cada município comece a construir o capítulo do meio ambiente nas políticas públicas.

Diretor da SOS Mata Atlântica recebe Medalha Mérito Legislativo

O diretor da SOS Mata Atlântica e membro do conselho consultivo da Frente Parlamentar Ambientalista, Mário César Mantovani, recebeu no dia 10, em Brasília, a Medalha Mérito Legislativo. A indicação foi feita pelo líder do Partido Verde na Câmara e coordenador da Frente, deputado Sarney Filho. "Um dos resultados do seu trabalho, que foi a neutralização das emissões de carbono da Câmara e do Senado, já o qualificava amplamente para este prêmio, além de sua inestimável colaboração para a

aprovação de instrumentos de grande importância para a legislação ambiental", afirmou o líder.

Mantovani afirmou que a Frente "deixou de ser intenção para tornar-se realidade". Para ele, um dos grandes ganhos

dessa iniciativa foi levar para dentro do Congresso Nacional os movimentos sociais ligados ao meio ambiente. "Antes fazíamos um trabalho periférico tentando influir na discussão de projetos e iniciativas. Hoje estamos analisando proposições com os próprios parlamentares nesse importante fórum que foi criado", comemora.

Para ele, a Frente ainda tem grandes desafios, como a aprovação de uma política nacional de resíduos sólidos e a luta contra mudanças no Código Florestal.



GT de Resíduos Sólidos busca consenso para aprovar lei

O coordenador do GT Resíduos Sólidos e autor do substitutivo ao pro-

jecto que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), está empenhado em votar, ainda em 2008, o projeto que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos. "Apesar do diálogo produtivo com o Executivo, fui informado que o grupo interministerial que estuda a nossa

versão da política nacional de resíduos sólidos ainda não concluiu as suas observações", afirmou Jardim, no dia 8 de dezembro. De acordo com o parlamentar, o substitutivo foi "bem recebido" pelos deputados que compõem o grupo de trabalho e também pelos representantes de entidades que acompanham a elaboração da lei.

O projeto é uma das principais diretrizes do GT de Re-

síduos Sólidos. A maior divergência em relação ao parecer de Jardim diz respeito à compreensão do instrumento adequado da gestão da logística reversa (área que trata dos aspectos de retornos de produtos, embalagens ou materiais após o consumo). "O assunto deve estar na lei, mas há questionamento se esse instrumento deve se limitar apenas a alguns segmentos ou de forma generalizada", explicou.



Atividades da Frente 2º semestre de 2008

Novembro

Manifestantes cobram a aprovação da PEC do Cerrado

Parlamentares da Frente participaram, no dia 26 de novembro, da mobilização em frente ao prédio do Congresso, em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/95, que reconhece o Cerrado como bioma nacional. Esse reconhecimento daria à região o mesmo sistema de proteção da Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal



Mato-Grossense e Zona Costeira. De acordo com a Constituição, as áreas desses patrimônios só podem ser usadas mediante condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao

uso dos recursos naturais. O deputado Pedro Wilson (PT-GO), um dos coordenadores do GT Cerrado, junto com a deputada Jusmari (PR-BA), defendeu que é necessário haver investimentos "para que as

águas, as terras e o clima do Cerrado possam existir por mais milhares de anos. Paulo Fiuza, do Movimento Viva Cerrado, disse que o ritmo de devastação desse bioma é três vezes maior que o da Floresta Amazônica. Um dos maiores defensores da PEC, deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), também participou da manifestação. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, afirmou que a proposta,

pronta para deliberação do Plenário, está entre as prioridades de votação da Casa até o fim do ano. A matéria, entretanto, enfrenta resistências, principalmente de parlamentares da bancada ruralista.

Frente recebe proposições do Observatório do Clima

Em evento realizado no dia 26 de novembro, o Observatório do Clima entregou à Frente Parlamentar Ambientalista e ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o documento Contribuições da Sociedade Civil para a Construção da Política Nacional de Mudanças Climáticas. A apresentação do documento, produzido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, foi feita pelo coordenador do Observatório do Clima, Paulo Moutinho. O PL 261/07 sobre Mudanças Climáticas já foi votado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), coordenador do GT do Clima afirmou que as propostas serão incorporadas ao projeto de lei que deverá ser aprovado ainda neste ano na Câmara.

"A questão das mudanças climáticas é urgente. Esperamos que a lei inclua as propostas que apresentamos, principalmente aquelas referentes ao Desmatamento Zero na Amazônia e energias renováveis. A aprovação da proposta será o melhor presente de Natal que o Congresso pode dar aos brasileiros", disse Marcelo Furtado, diretor do Greenpeace.



GT do Mar comemora acordo que protege albatrozes e petréis

Em discurso no plenário da Câmara, no dia 27 de novembro, o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Coordenador do Grupo de Trabalho de Conservação Marinha, da Frente, deputado André de Paula (DEM-PE), registrou o acordo internacional que entrou em vigor no dia 1º de dezembro voltado para a preservação de albatrozes e petréis. O documento, assinado por onze países, inclusive o

Brasil, visa a pôr em prática as determinações da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, estabelecida no âmbito da ONU. O acordo foi ratificado unanimemente pelo Senado Federal, em julho deste ano. "Trata-se de iniciativa que pode render bons frutos do ponto de vista econômico, principalmente nas negociações com as comissões internacionais que definem as cotas de pesca no Atlântico.

Atividades da Frente 2º semestre de 2008

Novembro

GT Florestas apresenta alternativas contra desmatamento na AM

O resultado do ciclo de reuniões técnicas realizado pelo Grupo de Trabalho Florestas, coordenado pelo deputado Luiz Carneira (DEM-BA), foi apresentado em reunião da Frente, no dia 19 de novembro. Trata-se de um documento com as propostas de ações a curto, médio e longo prazos, para combater os desmatamentos na Amazônia. O trabalho propõe um Pacto Nacional para zerar o desmatamento na Amazônia. O relator do texto, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) analisa que, para conter a devastação da floresta, é preciso ir além dos instrumentos de repressão aos desmatadores ilegais. Para ele, os diferentes atores governamentais e sociais na Amazônia, inclusive produtores rurais e madeireiros, devem se mobilizar e ter acesso a condições que permitam o crescimento econômico da região sem derrubar novas árvores.

"Definimos como consenso, em primeiro lugar, o cadastramento e a regularização fundiária das propriedades da Amazônia, porque para qualquer política de pagamento de serviços ambien-

tais ou de qualquer outro benefício é necessário que o governo conheça a verdadeira situação dessas propriedades rurais", explicou o relator.

O Grupo de Trabalho Florestas da Frente Parlamentar Ambientalista encerrou no dia 6 de novembro, o ciclo de palestras onde foram debatidas estratégias para adoção de medidas que acabem com os desmatamentos em curto prazo

Principais pontos

Entre as principais propostas do documento, também está a necessidade de o governo federal apoiar financeiramente os estados amazônicos para que todos possam concluir seus zoneamentos ecológicos-econômicos(ZEE) até 2009, indicando onde e como se pode produzir na Amazônia.

O relatório também enfatiza a importância dos investimentos em pesquisa na região, principalmente para que se possa otimizar o uso da terra e utilizar áreas degradadas. De acordo com o texto, se a produtividade média da pecuária fosse aumentada em 50% em todo o País,

seriam disponibilizados mais de 40 milhões de hectares para a agricultura sem necessidade de desmatar nenhum bioma. Hoje, a produção média brasileira é de 1,2 cabeça de gado por hectare e, na Amazônia, o índice é inferior a uma cabeça por hectare.

Assessor jurídico do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e consultor da frente, André Lima, reconhece que algumas propostas são ambiciosas, mas acredita que todas são factíveis. "Há várias propostas avançadas, ousadas, mas que vêm de iniciativas que já estão acontecendo.

As atas e apresentações feitas ao longo do ciclo de reuniões podem ser acessadas na página da Frente Parlamentar Ambientalista (www.frenteambientalista.com).



Julho

Frente discute terras indígenas e hidrelétrica

Dois publicações relacionadas à Amazônia foram lançadas em reunião da Frente, realizada no dia 2 de julho: "O Fim da Floresta? A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia" e "Águas Turvas: Alerta sobre as Consequências de Barrar o Maior Afluente do Amazonas"

No dossiê sobre Rondônia, o Grupo de Trabalhos da Amazônia (GTA) aponta as medidas necessárias para reverter o quadro de devastação diante da ação de madeireiros e denuncia o funcionamento de um esquema de conivência do poder público para proteger e acobertar grileiros e invasores. A publicação foi apresentada pelo coordenador da Associação Metareilá do Povo Indígena, Surui Almir Surui; pela representante da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindê, Ivaneide Bandeira Cardozo; e pelo coordenador regional do GTA-Rondônia, Edjales Benício de Brito.



Atividades da Frente 2º semestre de 2008

Julho

Frente lança GT do Turismo

O Grupo de Trabalho do Turismo foi lançado no dia 9 de julho, em reunião da Frente, que contou com a presença de empresários, parlamentares e entidades da sociedade civil. Foram discutidas alternativas para promover o turismo preservando, ao mesmo tempo, o meio ambiente. A reunião contou com a participação do presidente do Sistema CNTUR/Abresi (Confederação Nacional do Turismo e Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo), Nelson de Abreu.

Os dirigentes da CNTur in-



formaram aos parlamentares da Frente que recente pesquisa da OMT – Organização Mundial do Turismo aponta que a primeira dentre as observações do turista ao visitar um local, quer urbano ou natural é a sua limpeza e preservação. Esse é o quesito primordial dentro das novas exigências, antecedendo segurança, hospitalidade e indicadores informativos. Essa nova postura mostra que o tu-

rismo só é sustentável através de sua interação com a preservação do meio-ambiente. Programas e estudos indicam que não apenas no Brasil, mas no mundo, essa atividade econômica, de lazer e cultura tem obrigatoriamente que passar pela valorização ambiental.

“Visando a sedimentar no consciente coletivo essa saudável realidade, entidades como a CNTur, lançou seu

programa “Turismo Para Todos” e para isso foca parcerias com ONGs e organizações ambientalistas, como da SOS Mata Atlântica, para que se prospere o culto aos valores naturais e ambientais, mirando a sustentabilidade de um turismo mais sadio e que faça prosperar os benefícios da qualidade de vida que todos sonham e desejam”, afirmou o presidente da entidade, Nelson de Abreu.

Seminário discute compensação por serviços ambientais

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Frente Parlamentar Ambientalista, a Fundação SOS Mata Atlântica e a Conservação Internacional no Brasil promoveram seminário para discutir a compensação por serviços ambientais,

no dia 10 de julho. O debate sobre o tema foi proposto pelos deputados Leonardo Monteiro (PT-MG) e Jorge Khoury (DEM-BA), que é relator do Projeto de Lei 792/07 que cria a compensação ambiental no País.

A compensação por serviços

ambientais é o pagamento, com dinheiro ou outros meios, para aqueles que ajudam na adoção de práticas, técnicas e sistemas que beneficiem a todos os envolvidos em determinada área geográfica. “Como os efeitos desses serviços são usufruídos por todos,

é justo que as pessoas por eles responsáveis recebam incentivos”, argumenta o deputado Jorge Khoury. “A idéia é que não basta apenas cobrar uma taxa de quem polui ou degrada, mas destinar recursos a quem garante a oferta dos serviços voluntariamente.”



Atividades da Frente 2º semestre de 2008

Julho



Plataforma Ambiental é lançada para apoiar municípios

A Frente Parlamentar Ambientalista, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Fundação SOS Mata Atlântica lançaram, no dia 16 de julho, a Plataforma Ambiental - uma agenda destinada aos candidatos às prefeituras e Câmaras Municipais. O documento reuniu propostas e compromissos, entre eles o de realizar o

zoneamento ambiental do município, a adoção de uma política de gerenciamento do lixo e a promoção do turismo sustentável.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu que o voto consciente em candidatos comprometidos com o meio ambiente "é o caminho mais adequado para garantir a preservação dos recursos naturais". Já o

presidente da Frente, deputado Sarney Filho, disse que cabe a prefeitos e vereadores tomar decisões importantes relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável do município. Segundo ele, a Plataforma Ambiental vai difundir, por meio da ação do Parlamento, uma base de propostas comuns na área de desenvolvimento sustentável.

Agosto

Os 40 anos da Estação de Águas Emendadas

Deputados da Frente Parlamentar Ambientalista participaram da comemoração dos 40 anos da Estação Ecológica de Águas Emendadas, em Planaltina (DF), no dia 12 de agosto. O evento - um café da manhã realizado em parceria com o Instituto Brasília Ambiental (Ibram)

-, contou com a presença do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, de ambientalistas, de representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e de órgãos governamentais. Durante o café, o coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, destacou a importância

da estação ecológica, primeira unidade de conservação do DF. O parlamentar lembrou que ela tem importância estratégica: "A maior particularidade da estação é que há uma nascente e a água se distribui para dois lados: vai para a bacia Araguaia-Tocantins e para a bacia do rio Paraná", disse.



Propostas do GT Questões Urbanas para 2009

Sob a coordenação da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), o GT de Questões Urbanas da Frente elegeu temas prioritários para as áreas de saneamento básico: ordenamento territorial urbano e cidades sustentáveis. Na área saneamento, o GT está discutindo contribuições ao Plano Nacional de Saneamento Básico do Ministério das Cidades e acompanhando outras proposições nessa área. Quanto ao ordenamento territorial urbano, a prioridade é debater os gargalos existentes na legislação e projetos em tramitação no Congresso Nacional.



Atividades da Frente 1º semestre de 2008

Junho



Projeto sobre o uso do solo em discussão

Em reunião com a Frente, no dia 25 de junho, dirigentes da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente- Anamma alertaram que o projeto sobre Parcelamento do

Solo pode colocar em risco as áreas de preservação permanente e a defesa do meio ambiente. O texto já foi aprovado por uma comissão especial, mas ainda precisa ser votado pelo Plenário.

Um dos pontos que despertam a preocupação da Anamma é o fato de o projeto não especificar quem será responsável pelo licenciamento ambiental de parcelamentos urbanos. "Assim, pode acontecer

o absurdo de a análise ambiental ser submetida a um órgão municipal de urbanismo, e não a um órgão ambiental", disse o presidente da Anamma, Clarismino Luiz Pereira Junior.

GT vai cuidar da conservação marinha

AFrente Parlamentar Ambientalista criou no dia 18 de junho o GT da Conservação Marinha, coordenada pelo deputado André de Paula que vai reunir a legislação já existente para criar um código marinho para o Brasil e propor ações para a conservação marinha. A tarefa vai contar com o apoio de várias entidades de pesquisa, como a Fundação Pró-Tamar, o Instituto Recife Costeiros, a Co-

alhão Internacional da Vida Silvestre e a Rede Brasileira de Unidades de Conservação e a Fundação SOS Mata Atlântica. Entre as ações consideradas urgentes pelo grupo constam: a adoção de medidas de proteção da fauna marinha e o planejamento da pesca, além da ampliação das áreas protegidas. Atualmente, apenas 0,08% da zona costeira brasileira estão protegidas em unidades de conservação.



Seminário debate a Bacia do Alto Tocantins

O 2º Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Tocantins, realizado no dia 26 de junho, discutiu a gestão dos recursos hídricos e o impacto potencial de novos empreendimentos hidrelétricos na região. O evento reuniu representantes de ministérios, empresas e organizações não-governamentais para analisar alternativas que possam compatibilizar a conservação ambiental, a inclusão social, a segurança energética e o crescimento econômico.

O seminário foi promovido pelas organizações não-governamentais Ecodata e WWF-Brasil e pelo Consórcio Intermunicipal de Usuários de Recursos Hídricos para Gestão Ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins (Conágua Alto-Tocantins). O evento contou com o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista e das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Legislação Participativa; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.



Atividades da Frente 1º semestre de 2008

Junho



Dia do Meio Ambiente: Parlamentares destacam soberania brasileira sobre Amazônia

A defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia deu o tom das manifestações parlamentares na sessão solene do Congresso em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho). O evento, realizado no plenário do Senado, contou com a presença do ministro do Meio Ambiente,

Carlos Minc, e de dois ex-ministros da pasta, a senadora Marina Silva (PT-AC) e o deputado Sarney Filho (PV-MA), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista.

Presidindo a mesa, o senador Efraim Morais (DEM-PB) reconheceu a gravidade do desmatamento na região e a insuficiência de seu combate.

Mesmo assim, ele ponderou que essa situação não justifica a intromissão externa. "O Senado e a Câmara têm de refletir sobre essa questão de interesse nacional", alertou. No mesmo tom, a senadora Serys afirmou que o País precisa "ficar atento à cobiça de outros países" sobre a região, citando artigos

da imprensa internacional que questionam a quem pertence a Amazônia. Já Sarney Filho defendeu o desmatamento zero na região. Na sua avaliação, a soberania brasileira sobre a Amazônia corre riscos quando a percepção mundial é de que o Brasil não está cuidando da floresta como devia.

Minc discute pauta de prioridades com a Frente

Em reunião realizada no dia 11 de junho, os parlamentares da Frente debateram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/95, que transforma o Cerrado e a Caatinga em patrimônios nacionais e o Imposto de Renda Ecológico (Projeto de Lei 5974/05, do Senado). O encontro contou com a participação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Ele defendeu o projeto que cria a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas. O texto do Executivo chegou à Câmara e estabelece políticas setoriais para a redução das emissões de gases do efeito estufa. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) quer incluir um inventário sobre as emissões brasileiras para avaliar os avanços ou retrocessos na área. E adiantou que apresentará emendas ao texto, como a obrigação de inspeção veicular.



Atividades da Frente 1º semestre de 2008

Junho

Comissão geral debate medidas para a preservação da Amazônia

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no dia 5 de junho, o Plenário da Câmara se transformou em comissão geral para debater medidas que ajudem na preservação da Amazônia. Durante o debate, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou aos deputados a criação de três novas reservas ambientais na Amazônia, totalizando 2,6 milhões de hectares, extensão duas vezes e meia superior à área

devastada na região no ano passado.

Entidades ambientalistas distribuíram uma carta aberta aos deputados na qual pedem a rejeição de várias matérias que tramitam no Congresso e que, segundo essas entidades, ameaçam a biodiversidade. Entre elas, está o projeto que reduz a área de reserva legal na Amazônia de 80% para 50% (PL 1207/07) que tramita em conjunto com o PL 6424/05.

Durante a comissão geral,

o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou aos deputados a criação de três novas reservas ambientais na Amazônia, totalizando 2,6 milhões de hectares.

O ministro afirmou que o projeto de Lei de Mudanças Climáticas já foi enviado ao Parlamento e que a proibição de extração do mogno foi prorrogada indefinidamente. Além disso, ele lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a criação de um grupo

de trabalho para formatar o Fundo Amazônia, de preservação da floresta.

Carlos Minc expressou a expectativa do ministério de concluir até 2009 o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) da Amazônia, com regras claras que valham para todos, e pediu a atenção dos parlamentares para o projeto de criação da Guarda Nacional Ambiental, que ainda será enviado ao Congresso pelo governo.



Abertura do Seminário CBDS – Governança e Sustentabilidade

O seminário discutiu temas como transparência e compartilhamento das decisões nos diversos setores da sociedade. O painel de abertura contou com as presenças do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; do presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado André de Paula (DEM-PE); do coordenador da Frente, deputado Sarney Filho (PV-MA); dos diretores do CEBDS, Marcos Bicudo e Fernando Almeida; e do diretor de Mobilização da SOS



Mata Atlântica, Mário César Mantovani.

O deputado Sarney Filho defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complemen-

tar 12/03, de sua autoria, que regula a cooperação entre os entes federativos - União, estados, Distrito Federal e municípios - na área ambiental.

Para ele, o reforço da cooperação entre essas esferas da administração pública é essencial para a preservação do meio ambiente. Ele também ressaltou a importância de celebrar parcerias de boa governança estabelecidas entre o Poder Público e empresas privadas. O diretor de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, lembrou que, desde a Lei da Mata Atlântica (11.428/06), aprovada há dois anos, houve uma reversão de 70% na devastação.

Atividades da Frente 1º semestre de 2008

Maio



Frente lança novos dados do Atlas da Mata Atlântica

Em reunião da Frente, no dia 28 de maio, foram lançados os novos dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica,

desenvolvido em parceria pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pela Fundação SOS Mata Atlântica. O presidente da

Câmara, Arlindo Chinaglia esteve presente à cerimônia, além da diretora de Gestão do Conhecimento da Fundação, Márcia Hiro-

ta; o coordenador do Atlas pelo INPE, Flavio Ponzoni; e o diretor de Mobilização da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani.



Frente analisa competências na área ambiental

No dia 14 de maio, o projeto de lei nº 12/03, de autoria do deputado Sarney Filho, que modifica o artigo 23 da Constituição,

foi debatido em reunião da Frente Parlamentar Ambientalista com os representantes da Associação Brasileira dos Estados e Municípios (ABE-

MA). A proposta fixa normas para a divisão de competências e para a cooperação entre União, estados e municípios em relação ao meio

ambiente. O objetivo é evitar que a ausência de atribuições específicas cause sobreposição de ações dos entes federados.

Entidades divulgam Carta dos Povos da Floresta

No dia 13 de maio, durante audiência pública promovida pela Frente Ambientalista e a Comissão do Meio Ambiente, foi divulgada a "Carta dos povos das florestas para a criação e implementação de áreas pro-

tegidas no Brasil". Elaborada por 26 entidades e divulgada em 20 de setembro de 2007, a carta solicita às autoridades brasileiras a criação e a implementação de áreas protegidas de uso sustentável, como forma de reduzir os conflitos

envolvendo os povos da floresta. A audiência teve a participação de parlamentares, de líderes comunitários dos povos das florestas e de representantes de ministérios, de governos estaduais, do Ministério Público e ONG's.



Atividades da Frente 1º semestre de 2008

Abril



Antártida e política nuclear em debate

No dia 23 de abril, a Frente esteve reunida para discutir a política nuclear do governo – construção da usina nuclear Angra 3 e as atividades do Programa

Antártico Brasileiro, incluindo relatos sobre as experiências de parlamentares no continente. Participaram do encontro o deputado Edson Duarte (PV-BA); o senador

Cristovam Buarque (PDT-DF) e a deputada Maria Helena (PSB-RR). Também estiveram presentes a representante do Greenpeace, Rebeca Lerer; a cientista coordenadora

ambiental do Programa Antártico e delegada brasileira nas reuniões do Tratado da Antártida, Tania Brito, e o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

Frente, SOS Mata Atlântica e MMA lançam o “Ano do mar e recifes de corais”

Com o objetivo de chamar a atenção para ecossistemas marinhos e estimular ações de preservação, a Frente e a SOS Mata Atlântica realizaram, no dia 9 de abril, uma reunião com especialistas da área.

Os recifes são considerados habitats marinhos de grande diversidade biológica e de grande importância econômica, pois representam fonte de alimento e renda de muitas comunidades. Uma em cada quatro espécies marinhas vive em recifes, incluindo 65% dos peixes. O Brasil possui os únicos ecossistemas de recifes do Atlântico Sul, que se distribuem ao longo de aproximadamente 3 mil quilômetros da costa nordestina. Apesar de sua importância, esses ecossistemas vêm sofrendo em todo o mundo um rápido processo de degradação em razão das atividades humanas.

Frente lança portal para divulgar atividades

Desde o dia 2 de abril a Frente conta com um portal onde o usuário encontra notícias sobre temas da área em discussão no Congresso - audiências, projetos apresentados e re-

sultados de reuniões das comissões e do plenário relativas a propostas sobre meio ambiente. Na página da frente, o usuário tem ainda acesso à agenda do dia, eventos, reuniões da Fren-

te, projetos e publicações. O lançamento da página ocorreu durante café da manhã, ocasião em que o deputado Edigar Mão Branca (PV-BA), interpretou músicas sobre o tema meio ambiente.

Senado inicia projeto para reduzir efeitos da emissão de carbono

Março

No dia 26 de março, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, deu início ao Projeto Carbono Neutro, na presença do coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho, dirigentes da ABRAF, Augusto César Reis, e da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, senadora Serys Shessarenko (PT-MS), senador Renato Casagrande (PSB-ES) e representantes do Senado Verde.

O projeto é uma iniciativa



da Frente Parlamentar e Ambientalista em parceria com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas

Plantadas (Abraf). Em 2007 a Câmara dos Deputados também realizou este projeto.

Atividades da Frente 1º semestre de 2008

Março



Eventos apoiados pela Frente marcam o Dia Mundial da Água

Com o tema “De olho na água”, a Frente Ambientalista promoveu uma série de debates para reforçar a importância da preservação dos recursos hídricos. Na sessão solene da Câmara, requerida, entre outros parlamentares, pelo coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, o deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG) defendeu que o Brasil tem uma boa legislação de recursos hídricos, mas que ainda está longe de ser colocada em prática. “Temos enormes desafios para a eliminação ou, pelo menos, redução significativa da poluição de nossos cursos de água, notadamente por esgotos sanitários urbanos, dos quais tratamos menos de 30%”, alertou o deputado.

No dia 26, a Frente promoveu café da manhã para debater o tema “Gestão e Conservação da Água no Brasil: Avanços e desafios na promoção do desenvolvimento do País e a relação com as eleições 2008”. Foi também distribuído o CD “Novela das Águas”.

No mesmo dia, foi realizada audiência pública, promovida pela Frente e pela Comissão do Meio Ambiente, com a presença do secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Luciano Zica; o coordenador-geral das assessorias da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Felix Domingues, e o coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Lupércio Ziroldo Antonio.

IPAM apresenta à Frente alternativas contra o desmatamento

Estudo “Quanto custa reduzir o desmatamento tropical?”, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e com o Centro de Pesquisa de Woods Hole, dos Estados Unidos, estima que, para reduzir as emissões dos gases do efeito estufa no Brasil, seriam gastos 3,4 bilhões de dólares (o equivalente a cerca de R\$ 5,68 bilhões). Os dados foram apresentados na reunião da Frente, realizada no dia 12 de março. O investimento, segundo o diretor do IPAM, Paulo Moutinho, seria no combate ao desmatamento ilegal e no pagamento aos povos das florestas pelos serviços que prestam ao conservar suas matas. As propostas foram apresentadas pelo instituto na Conferência das Partes da Convenção do Clima, realizada em Bali (Indonésia), em dezembro do ano passado. Parlamentares da Frente defenderam que as alternativas propostas pelo IPAM são plenamente viáveis, desde que “haja vontade política” para enfrentar a questão do desmatamento na Amazônia.



Propostas em discussão no Legislativo

Reforma Tributária: avanços nos instrumentos econômicos de política ambiental

A comissão especial da Câmara dos Deputados responsável pela análise da Reforma Tributária aprovou o parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR-GO) - foto -, que incluiu na Constituição os princípios "do poluidor-pagador e do protetor-recebedor", a partir de emenda do deputado Sarney Filho (PV-MA). Em seu parecer, Sandro Mabel destacou a atuação do PV na defesa da inclusão do dispositivo, que inovou ao estabelecer concessão de incentivos a quem protege o meio ambiente, além de responsabilizar o degradador. Além disso, a proposta inclui outros pontos direta ou indiretamente ligados ao meio ambiente, como



a não-tributação de operações de reciclagem previstas em lei e a consideração de parâmetros ambientais na repartição das receitas tributárias. O superinten-

dente de conservação do WWF-Brasil, Cláudio Mareti, destaca que a proposta do IR Ecológico significa mais recursos para a área ambiental sem a necessidade de criação de novos impostos. Mas ele faz questão de ressaltar que é fundamental mais empenho por parte do governo. "O governo e o Congresso Nacional têm que destinar mais recursos para a área ambiental. Não é possível que em um mundo onde até os países mais ricos discutem mudanças climáticas lá na Alemanha nós estejamos destinando menos de 1% do orçamento à área ambiental. Não é a contribuição da sociedade que tem que mudar isso", criticou.

Cooperação entre União, Estados e Municípios

PLP 12/2003: Trata da cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício da atribuição comum de proteger o meio ambiente, a fauna e a flora, e combater a poluição em qualquer de suas formas, com base no art. 23, incisos VI e VII, e parágrafo único, da Constituição Federal. O projeto de lei complementar, de iniciativa do Deputado Sarney Filho (PV-MA), é a proposição principal de processo que abarca também proposta do Poder Executivo (PLP 388/2007) que integra as medidas do PAC. A intenção é esclarecer as atribuições dos entes da Federação em termos de política ambiental e assegurar uma atuação coordenada e integrada entre eles, consolidando efetivamente o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O processo encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC), sob a relatoria do Deputado Geraldo Pudim (PMDB-RJ).



PEC do Cerrado e da Caatinga

PEC 115/1995 - O reconhecimento do Cerrado e da Caatinga como biomas nacionais dará a essas regiões o mesmo sistema de proteção da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal Mato-Grossense e da Zona Costeira.

De acordo com a Constituição, as áreas desses patrimônios só podem ser usadas em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao

uso dos recursos naturais. Especialistas que participaram de debates sobre a PEC alertaram para a velocidade da transformação do Cerrado nos últimos 20 anos e para o perigo de desaparecimento do ecossistema, se prevalecer a atual taxa de desmatamento de 1,5% ao ano.

Apenas 6% do Cerrado está em área protegida pelo Poder Público. O Cerrado ocupa 21% da área total do Brasil e está presente em 11 estados.

Propostas em discussão no Legislativo

Consolidação da legislação ambiental

O PL 679/2007, de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) propõe a consolidação em texto único das leis ambientais federais em vigor. Trata-se de iniciativa que integra o esforço de consolidação das leis brasileiras previsto pela Lei Complementar 95/1998. O substitutivo aprovado no GT de Consolidação das Leis, elaborado pelo Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), encontra-se na CCJC da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do relator, Deputado Sarney Filho (PV-MA).



Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Frente Parlamentar Ambientalista está atuando com afinco no acompanhamento do processo relativo ao PL 203/1991 e seus muitos apensos, que gerará a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em face das polêmicas que ainda existiam no texto aprovado pela comissão especial e da apensação de novas proposições, entre elas um projeto de autoria do Poder Executivo (PL 1.991/2007), a Mesa da Câmara



ra dos Deputados optou pela constituição de um grupo de trabalho, que está envidando todos os esforços possíveis para que o debate sobre essa importante matéria seja concluído com a votação de uma lei ampla e consistente. O coordenador do grupo é o Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). Têm participado ativamente das discussões, entre outros membros da Frente, os Deputados Dr. Nechar (PV-SP) e Paulo Teixeira (PT-SP).

Mercado de carbono na Bolsa de Valores

PL 493/2007: o projeto, de autoria do Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), dispõe sobre a organização e regulação do mercado de Carbono na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro mediante a geração de Redução Certificada de Emissão (RCE) em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O processo encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado Vignatti (PT-SC).

Proteção às áreas subterrâneas

PL 5.071/90 - Projeto de autoria do deputado Fábio Feldmann. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas. O projeto já foi aprovado na Câmara. Analisa-se atualmente o substitutivo do Senado Federal. O processo já passou na CEC, CMADS, CFT e CCJC. Encontra-se pronto para a pauta do Plenário da Câmara desde 28.06.2002. A expectativa é de agilização da votação do projeto, com a votação final do substitutivo do Senado Federal pelo Plenário da Câmara.

Fundo de participação dos Municípios

PEC 198/07 - Estabelece que parcela dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) será distribuída a partir de indicadores que apontem as boas condições sanitárias e ambientais dos municípios, de políticas que fomentem a utilização de tecnologias mais adequadas aos ambientes natural e socioeconômico e de legislações que sinalizem o compromisso socioambiental da administração municipal. O processo encontra-se na CCJC.

Propostas em discussão no Legislativo

Política Nacional de Mudanças Climáticas

Além do projeto de lei sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas encaminhado pelo Poder Executivo (PL 3.535/2008), há várias outras proposições em trâmite sobre o tema. Espera-se a intensificação dos deba-

tes no primeiro semestre de 2009, a fim de que possamos ter em breve normas federais consistentes regulando em nível nacional a questão do clima. Ver a esse respeito os seguintes processos:

PL 18/2007, de autoria

do Deputado Sarney Filho, e apensos: PL 479/2007, PL 759/2007, PL 1.378/2007, PL 2.056/2007, PL 2.843/2008, PL 3.258/2008, PL 3.535/2008. O processo foi distribuído a comissão especial na Câmara dos Deputados.

PL 261/2007, de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, e apenso: PL 354/2007. O processo encontra-se sob análise da Comissão de Finanças e Tributação, sob a relatoria do Deputado Rocha Loures (PMDB-PR).



Eliminação do uso de carvão de mata nativa

Projeto de Lei 3.003/2008 - A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou a proibição do uso econômico de carvão vegetal produzido com matéria-prima resultante do extrativismo, permitindo apenas o carvão vegetal com origem no cultivo florestal. O texto aprovado é o substitutivo do relator, Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), ao projeto,

do Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). O projeto estabelece um cronograma para a redução gradativa, pelas empresas, do consumo de carvão vegetal de matas nativas, até sua completa eliminação no prazo de oito anos. O substitutivo estende esse prazo para dez anos. Segundo o relator, a mudança mostrou-se necessária a partir de debates realizados com técnicos e representantes do setor produtivo.

Cide-automóvel

O PL 3.583/2008, de autoria do Deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), coordenador do GT Educação Ambiental da Frente, institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e fabricação de automóveis e destina 50% dos recursos arrecadados dessa forma a programas de fomento ao transporte coletivo urbano, 35% para projetos de reflorestamento em áreas degradadas e em áreas de preservação permanente e 15% para programas de controle de poluição do ar por veículos automotores. Trata-se de uma proposta criativa de um novo instrumento econômico de política ambiental.

Pagamento por serviços ambientais

O PL 792/2007, de autoria do Deputado Anselmo de Jesus (PT-RO), estabelece que todo aquele que, de forma voluntária, empregar esforços no sentido de desenvolver serviços ambientais fará jus a pagamento ou compensação, conforme estabelecido em regulamento. Apensos: PL 1.190/2007, PL 1.667/2007, PL 1.920/2007.

Imposto de Renda Ecológico

O PL 5.974/2005, de autoria do Senado Federal (Senador Waldeck Ornelas), cria estímulo fiscal a doações e patrocínios para projetos ambientais, similares aos que hoje existem para projetos culturais (*Lei Rouanet*). A Frente Parlamentar Ambientalista apóia fortemente a votação da matéria pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no prazo mais breve possível. A matéria encontra-se pronta para a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, com um substitutivo aprovado pelas comissões temáticas da Casa.

Propostas em discussão no Legislativo



Animais em circo

O PL 7.291/2006, de autoria do Senado Federal (Senador Álvaro Dias - PSDB/PR) e seus apensos (PL 2.875/2000 e várias outras proposições) tratam do controle ou proibição da exibição de animais em atividades circenses. A Frente Parlamentar Ambientalista tem apoiado a proibição da utilização de animais em circos. O processo encontra-se na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado Antônio Carlos Biffi (PT-MS).



Risco para o meio ambiente

PL 6.424/2005, do Senado Federal (Senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA): a proposta permite a reposição florestal em áreas de reserva legal com palmeiras que podem ser exploradas economicamente. O

processo encontra-se na CMADS da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado Jorge Khoury (DEM-BA). No processo de debate, têm sido propostas outras flexibilizações na Lei 4.771/1965 (Código Florestal).

Parlamentares da Frente avaliam que todas as propostas que reduzem o grau de proteção das florestas devem ser analisadas com muita cautela. Além disso, defendem a adoção das diretrizes constantes no documento

sobre o Pacto pela Valorização da Floresta e Eliminação dos Desmatamentos na Amazônia, elaborado pelo GT de Florestas da Frente, sob coordenação do Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Normas para o plano de manejo

PL 2.108/07 - Estabelece que cabe ao plano de manejo definir as atividades desenvolvidas pelo visitante de parque nacional, bem como a obrigatoriedade de supervisão de guia especializado. O projeto do deputado Valtenir Pereira aguarda votação na Comissão do Meio Ambiente da Câmara (CMADS).

Prioridade para a Serra da Capivara

O Projeto de Lei Complementar nº 373/08 - Cria região integrada de desenvolvimento do Parque da Serra da Capivara, no Piauí. A proposição segue tramitação em regime de urgência na Câmara dos Deputados e foi destacada em seu mérito, pelo deputado André de Paula (DEM-PE), presidente da Comissão de Meio Ambiente e relator do Projeto. André de Paula acredita que a preservação da área de forma consorciada entre os 15 municípios que envolvem o Parque e as entidades estaduais e federais é de suma importância para resguardar o valor ambiental e valorizar o potencial turístico, cultural e ecológico da região. O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), concorda com o voto do relator e afirma que "a criação da região integrada é uma saída inteligente para a preservação do Parque".

Combustível renovável

PL 1.081/07 - A proposta estabelece que qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial deverá ser realizada por veículos movidos a combustível renovável, bem como os adquiridos por pessoas físicas beneficiárias de incentivos fiscais. O projeto foi aprovado na CMADS, com emendas, e encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação.

Atividades da Frente em 2007

14/02

Lançamento da Frente Parlamentar Ambientalista

A Frente foi lançada no dia 14 de fevereiro na presença da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Mais de 300 parlamentares e representantes das principais Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável no país aderiram às propostas da Frente de dar ênfase às iniciativas e projetos - no âmbito do Congresso Nacional e do governo - que visam enfrentar o aquecimento global.

27/02

Lançamento do DVD "Uma Verdade Inconveniente"

Documentário de David Guggenheim apresentado pelo ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, seguido de um debate com especialistas em aquecimento global. Vários parlamentares defenderam a necessidade de uma política nacional para a questão climática. Participaram do evento representantes do Núcleo de Gestão Ambiental da Câmara (Ecocâmara).

14/03

Apresentação do projeto Atlas da Água da Agência Nacional de Águas (ANA)

Com debate sobre as propostas de mudanças climáticas no Congresso Nacional; formação dos GTs da Frente: clima, água, resíduos, florestas e energias renováveis e biocombustíveis. O evento contou com a participação do presidente da ANA, José Machado.



1/03

Debate com Parlamentares do Reino Unido sobre as implicações das mudanças climáticas para o Brasil

Entre os temas tratados destacam-se: o desmatamento, reduções compensadas, eficiência energética e energias renováveis.

22/03

Comemoração do Dia Mundial da Água

A Frente, a SOS Mata Atlântica e o Ecocâmara defenderam a aprovação da Lei das Águas, no dia 22 de março, Dia Mundial da Água. Durante evento em frente ao Congresso Nacional, os parlamentares e representantes das escolas do Distrito Federal, num ato simbólico, derramaram água representando os principais rios brasileiros. Também foi instalada no gramado uma bandeira do Brasil, com 36 metros de comprimento.

29/03

Palestra de Danielle Mitterrand

A presidente da Fundação France Libertés atua na defesa dos direitos humanos e do direito à vida. A palestra integrou o conjunto de iniciativas da Frente para marcar o Dia Mundial da Água.

18/04

Reunião dos integrantes da Frente Pró-Combustíveis e da Frente Ambientalista

Os parlamentares, na ocasião, decidiram atuar de forma conjunta, a fim de que as ações dos grupos que atuam no Legislativo possam ocorrer de forma coordenada.

19/04

Marcha pela Floresta - a Nacionalização da Campanha de um Bilhão de Árvores

Integrando a programação do Dia do Índio

02/05

Audiência pública para a apresentação de um diagnóstico sobre o tráfico de animais silvestres no País

Participaram representantes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) e da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas).



Atividades da Frente em 2007

16/05

Debate do tema: “Aprimoramento na Estrutura de Gestão Ambiental pelo Governo Federal”

Ênfase à reestruturação do Ibama e à criação do Instituto Chico Mendes.

17/05

Seminário “Desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Alto Tocantins”

Iniciativa: Ecodata, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e outras organizações.

23/05

Debate com o tema “Matriz energética brasileira e suas implicações na promoção do desenvolvimento sustentável do País baseado em energias limpas”

Participaram do debate o diretor executivo do Greenpeace no Brasil, Frank Guggenheim e o diretor-executivo do Greenpeace Internacional, Gerd Leibold.

23/05

Seminário “As Cidades e o Aquecimento Global”

Iniciativa da Frente, da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

30/05

Palestra: “O pico do petróleo e os cenários do aquecimento global: ameaças e oportunidades em um futuro de declínio de energia”.

05.06

Ato em comemoração do Dia do Meio Ambiente e debate sobre o IR Ecológico (projeto 59/05), promovido pela Frente e SOS Mata Atlântica

A proposta permite deduzir do Imposto de Renda doações de entidades sem fins lucrativos e para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

04/07

Lançamento do programa: “Plantando o Futuro”, iniciativa da Frente com os Amigos do Futuro

04/07

Lançamento do Informativo da Frente nº 01

Debates sobre o programa para a Costa Atlântica e

o programa nuclear brasileiro: Angra 3; criação do GT da Fauna e discussão sobre a MP366/2007. Participação de Roberto Klabin, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica; Nelson Hubner, ministro interino das Minas e Energia; Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas do Greenpeace, e representantes das organizações WSPA e Renctas.

08/08

Lançamento no Congresso Nacional do Pacto de Ação em Defesa do Clima

Participaram representantes da Frente, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS), da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Fernando Almeida, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e de outras instituições da sociedade civil.

09.08

Audiência pública para apresentar as prerrogativas e os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Legislação

Participativa (CLP)

15/08

Debate sobre a relevância e situação atual das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e lançamento do GT Cerrado.

Participaram o presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin, e o presidente da Confederação Nacional de RPPNs, Alexandre Martinez.

05.09

Debate sobre o projeto de lei que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PL 203/1991 e apensos).

Participaram o professor Arlindo Philippi Júnior e o diretor-executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), André Vilhena.

12.09

Homenagem ao Dia do Cerrado e debate sobre a PEC 115/1998.

Evento organizado pelo Grupo Cerrado, da Frente Parlamentar Ambientalista.



Atividades da Frente em 2007

19.09

Homenagem ao 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta.

A Frente recebeu participantes do II Encontro Nacional dos Povos da Floresta. Parlamentares defenderam que o exemplo de convivência harmônica dos índios, seringueiros, ribeirinhos e quebradeiras de coco com a natureza deve servir de exemplo para programas do governo que não destruam a Amazônia.

26.09

Debate com o tema “Gargalos na Exportação de Biocombustíveis: A Questão da Logística”.

Participou como expositor o presidente da Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO), Sérgio Machado.

02/10

Lançado pacto pelo fim do desmatamento

A Frente Parlamentar Ambientalista, junto com organizações não-governamentais e a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara lançaram o Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento da Amazônia Brasileira. Presentes governadores e a ministra Marina Silva.

04.10

Dia dos Animais

Crianças das escolas públicas de Brasília entregaram ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia e à Frente Parlamentar Ambientalista carta pedindo que os parlamentares elaborem leis que possam criar uma convivência melhor entre homens e a natureza.

17.10

Energias renováveis

Discutiu-se o PL 1.563/2007, que trata das fontes renováveis de energia. Participaram como expositores, o professor Neilton Fidélis da Silva, da UFRJ, Fernando Henrique Shuffner Neto, da Cemig, Maurício Otávio M. Jorge, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas do Greenpeace.

06.11

Audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS)

Debate do tema “Processo de licitação sustentável para a aquisição responsável de madeira”. Iniciativa do deputado Luiz Carreira (DEM-BA) coordenador do GT Floresta.



07.11

Apresentação do relatório “Três Estratégias Fundamentais para a Redução do Desmatamento da Amazônia”.

O relatório é resultado das atividades desenvolvidas na região pelo IPAM, AMAZON, ICV, ISA, Aliança da Terra, Amigos da Terra – Programa Amazônia, e The Woods Hole Research Center, com o apoio da Fundação Pachard.

08.11

Seminário “Metrópoles Sustentáveis”

Iniciativa: deputado José Paulo Tóffano (PV-SP) coordenador do GT Educação Ambiental; Seminário “Consumo e Produção Sustentável de Eletricidade no Brasil”: Iniciativa: deputado Rodri-

go Rocha Loures (PMDB-PR) coordenador do GT Clima, Comissão Mista de Mudanças Climáticas e WWF-Brasil; Lançamento do projeto “Gestão Sócio-Ambiental da Água”: Iniciativa: Fundação SOS Mata Atlântica, Coca-Cola Brasil e a entidade Amigos do Futuro; Audiência pública para debate da situação das famílias que vivem nos lixões: Iniciativa: deputado Dr. Talmir (PV-SP), membro do GT Resíduos.

21.11

Lançamento da Sub-Frente em Defesa do Rio Doce e debate sobre a posição do Brasil na COP 13, em Bali

Participaram o professor Haruf Espíndola e o ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores.



Atividades da Frente em 2007



28.11

Debate do tema “Florestas com Araucárias”

Especialistas e parlamentares debateram a gravidade da exploração ilegal de madeira na região das araucárias e a necessidade de criação de unidades de conservação para proteção desse ecossistema. Participaram Fabio Feldmann, do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, Jorge Zimmermann, diretor de Agroextrativismo do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA e Analuce Freitas, especialista em áreas protegidas da TNC.

19.12

Confraternização de encerramento das atividades da Frente em 2007 e comemoração de 1 ano da Lei da Mata Atlântica

Em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi apresentado um balanço dos trabalhos realizados em 2007 e o depoimento do deputado Mendes Thame (PSDB-SP), coordenador do GT Energias Renováveis da Frente, sobre a sua participação na Conferência do Clima em Bali.

As ações de parceria da SOS Mata Atlântica e Câmara foram lembradas pelo Presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia. “Poucos assuntos que eu perceba têm a capacidade de colocar a Câmara e o Congresso Nacional tão próximo da sociedade quanto o meio ambiente nos dias de hoje, porque na labuta diá-

ria, legítima, as pessoas sofrem as consequências de um mundo desigual, de um mundo desequilibrado”, disse Chinaglia.

06/12

Câmara inicia plantio de árvores

O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia iniciou, em Mogi das Cruzes, São Paulo, o plantio simbólico das primeiras mudas de árvores do programa Parlamento Carbono Neutro.

Serão plantadas, ao todo, 12 mil árvores de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de compensar as emissões de carbono, uma iniciativa da Câmara, em parceria com a SOS Mata Atlântica e a Frente Parlamentar Ambientalista.



ONGs que apóiam o trabalho da Frente

- Agência Ambiental
- Amigos da Terra
- Amigos do Futuro
- Associação Brasileira de Indústrias Recicladoras de Papel (ABIRP)
- Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF)
- Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE)
- Conservação Internacional (CI)
- Ecodata
- Fórum Brasileiro de Ongs (FBOMS)
- Fórum Paulista de Mudanças Climáticas
- FSC Brasil – Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
- Greenpeace
- GTA
- Greemeeting -Encontro Verde das Américas
- Grupo de Trabalho da Amazônia
- Imafloira
- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
- Instituto Ipanema
- Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)
- Instituto Socioambiental (ISA)
- IPÊ - instituto de Pesquisas Ecológicas
- IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
- Fundação SOS Mata Atlântica
- RMA - Rede de Ongs da Mata Atlântica
- The Nature Conservancy (TNC)
- Vale Verde - Associação de Defesa do Meio Ambiente
- WSPA
- WWF-Brasil.
- Centro Golfinho Rotador:
- Instituto Amigos da RBMA
- Instituto Albatroz.
- Fundação Pró -TAMAR
- Instituto Recifes Costeiros
- Agência Brasileira GERCO
- Núcleo Educação e Monitoramento Ambiental
- Coalizão Internacional da Vida Silvestre-IWC/BRASIL
- Rede Mangue Mar /Grupo Ambiental da Bahia – GAMBÁ
- AQUASIS
- Rede brasileira de Unidades de Conservação
- Preserve Amazônia
- IWF Planet

Manifesto da Frente

I – lutar em defesa dos princípios da Carta da Terra, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92;

II – lutar pela correta implementação da Agenda 21, incluindo as disposições referentes à observância por parte dos países desenvolvidos das metas de emprego de recursos em ajuda a países em desenvolvimento (Official Development Assistance - ODA);

III – lutar pela implementação da Convenção sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto, bem como pela assunção, por todos os países, dos compromissos neles estabelecidos e, paulatinamente, negociar normas internacionais mais efetivas do ponto de vista da proteção ambiental, com o intuito de prevenir e reverter alterações climáticas;

IV – lutar pela implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive no que se refere à justa repartição de benefícios pelo uso de recursos do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

V – lutar pela implementação dos demais acordos internacionais já firmados relativos à temática ambiental, assim como pela formulação e negociação de outros acordos na área que venham a se fazer necessários;

VI – lutar pela aprovação das proposições legislativas que aperfeiçoam a legislação ambiental vigente, assegurados os ajustes que se fizerem importantes nos textos em discussão no Congresso Nacional;

VII – propugnar pela máxima cooperação entre Estado e sociedade para a solução dos problemas ambientais;

VIII – acompanhar a concepção e o trâmite dos projetos referentes ao plano plurianual, às leis de diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais, de forma a assegurar a alocação de recursos orçamentários para ações voltadas a garantir salvaguardas ambientais nos programas a cargo dos Executivos Municipais, Estaduais e Federais;

IX – rechaçar qualquer tentativa de impor retrocessos à legislação ambiental;

X – conceber instrumentos eco-

nômicos que auxiliem a consecução dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente;

XI – conceber mecanismos legais com vistas a assegurar a estrita observância dos princípios da precaução e do usuário-pagador;

XII – acompanhar a concepção e a implementação das diferenças políticas públicas que apresentam interfaces com a questão ambiental, de forma a assegurar sua compatibilidade com a Política Nacional do Meio Ambiente;

XIII – acompanhar e trabalhar para a correta implementação da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Lei de Crimes Ambientais, da Lei da Educação Ambiental, da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de todas as demais conquistas já efetivadas no campo da legislação ambiental;

XIV – garantir que os recursos da Contribuição de Intervenções no Domínio Econômico - CIDE incidente sobre a comercialização e importação de combustíveis, instituída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, sejam aplicados conforme o previsto na referida emenda, notadamente em projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas pela indústria do petróleo e do gás, e em programas de infra-estrutura de transportes que visem à redução do consumo de combustíveis;

XV – garantir que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam aplicados na bacia hidrográfica em que foram gerados, em projetos voltados à conservação e melhoria da qualidade ambiental;

XVI – acompanhar a implementação das obras públicas e das obras financiadas com recursos públicos, tendo em vista assegurar o cumprimento da legislação ambiental, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental;

XVII – atuar como catalisador de demandas da sociedade em relação a questões ambientais.

XVIII – Lutar pela implementação da Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD).

Brasília, 05 de fevereiro 2007.
Deputado **SARNEY FILHO**

Frente Ambientalista Parlamentares

Parlamentares da Frente Parlamentar Ambientalista

Deputados

Abelardo Camarim • Adão Pretto • Ademir Camilo • Afonso Hamm • Alesandro Sabino • Alex Canziani • Alfredo Kaefer • Alice Portugal • Aline Corrêa • André De Paula • André Vargas • Andreia Zito • Afonso Camargo • Angela Amim • Anselmo de Jesus • Antonio Carlos Biffi • Antonio Carlos Mendes Thame • Antonio Cruz • Antonio Jose Medeiros • Antonio Roberto • Ariosto Holanda • Arnaldo Faria De Sá • Arnaldo Jardim • Arnaldo Vianna • Arnon Bezerra • Assis Do Couto • Atila Lins • Atila Lira • Augusto Carvalho Barbosa Neto • Bel Mesquita • Benedito de Lira • Bernardo Ariston • Beto Albuquerque • Beto Mansur • Bispo Gê Tenuta • Bonifácio de Andrada • Bruno Araujo • Bruno Rodrigues • Cândido Vaccarezza • Carlito Merss • Carlos Abicalil • Carlos Eduardo Cadoca • Carlos Humberto Mannato • Carlos Santana • Carlos Souza • Carlos Willian • Carlos Zarattini • Celso Maldaner • Celso Rusomano • Chico Alencar • Chico Lopes • Cida Diogo • Ciro Gomes • Ciro Pedrosa • Claudio Antonio Vignatti • Claudio Diaz • Cleber Verde • Clodovil Hernandez • Clovis Fecury • Colbert Martins • Cristiano Matheus Dagoberto • Dalva Figueiredo • Damiano Feliciano • Daniel Almeida • Davi Alves Silva • Decio Lima • Deley • Devanir Ribeiro • Domingos Dutra • Dr. Adilson Soares • Dr. Nechar • Dr. Paulo César • Dr. Ribamar Alves • Dr. Rosinha • Dr. Talmir • Dr. Ubiali • Duarte Nogueira • Edio Lopes • Edigar Mão Branca • Edinho Bez de Oliveira • Edmar Moreira • Edmilson Valentim • Edson Duarte • Edson Santos • Eduardo Barbosa • Eduardo Cunha • Eduardo da Fonte • Eduardo Gomes • Eduardo Valverde • Eliene Lima • Eliseu Padilha • Elismar Prado • Elcione Barbalho • Emanuel Fernandes • Eudes Xavier • Eugênio Rabelo • Eunício Oliveira • Evandro Milhomem • Fabio Faria • Fábio Ramalho • Fábio Souto • Fátima Bezerra • Fátima Pelaes • Felipe Bornier

• Felix Mendonça • Fernando Chucre • Fernando Coelho Filho • Fernando Co-ruja • Fernando De Fabinho • Fernan-do Diniz • Fernando Ferro • Fernando Gabeira • Flaviano Melo • Flávio Bezer-ra • Flávio Dino • Francisco Praciano • Francisco Rodrigues • Francisco Rossi • Francisco Tenório • Frank Aguiar • Gas-tão Vieira • George Hilton • Geraldo Magela • Geraldo Pudim • Gerson Pe-res • Giovani Queiroz • Givaldo Caribão • Gonzaga Patriota • Gorete Pereira • Guilherme Campos • Guilhermes Mene-zes • Gustavo Fruet • Henrique Afonso • Henrique Eduardo Alves • Homero Pe-reira • Hugo Leal • Iran Barbosa • Iriny Lopes • Jackson Barreto • Jairo Ataide • Janete Capiberibe • Janete Rocha Pietá • Jerônimo Reis • Jilmar Augustinho Tat-to • João Almeida • João Campos • João Dado • João Maia • João Magalhães • João Matos • João Oliveira • João Paulo Cunha • Jofran Frejat • Jorge Khoury • Jorge Tadeu Mudalen • Jorginho Maluly • José Carlos Vieira • José Eduardo Car-dozo • José Genoíno • José Fernando • José Germano • José Guimarães • José Linhares • José Mentor • José Múcio • José Paulo Toffáno • José Santana • Ju-lião Amim • Júlio César • Julio Delgado • Júlio Redecker • Jurandil Juarez • Jus-mari Oliveira • Laerte de Bessa • Laurez Moreira • Lázaro Botelho • Leandro Sampaio • Lelo Coimbra • Léo Vivas • Leonardo Monteiro • Leonardo Piccia-ni • Leonardo Vilela • Lídice Da Mata • Linconl Portela • Lindomar Garçon • Lira Maia • Lobbe Neto • Luciana Genro • Luiz Albuquerque • Couto Luiz Bassuma • Luiz Bittencourt • Luiz Carlos Haully • Luiz Carreira Manoel Junior • Manue-la D'ávila • Marcelo Almeida Marcelo Melo • Marcelo Ortiz • Marcelo Serafim • Marcelo Teixeira • Marco Maia • Mar-condes Gadelha • Maria Lucia Cardoso • Marina Maggessi • Marinha Raupp • Manato • Mário Oliveira • Mario Herin-ger • Mauricio Quintella Lessa • Mauri-cio Rands • Mauricio Trindade • Mauro Benevides • Mauro Nazif • Mendonça Prado • Miguel Corrêa • Milton Monti • Moises Avelino • Nazareno Fonteles •

Nelson Marquezelli • Nelson Meurer • Nelson Pellegrino • Nelson Trad • Neu-cimar Fraga • Nilmar Ruiz • Nilson Pin-to • Osmar Júnior • Osmar Serraglio • Osvaldo Reis • Otavio Leite • Paes Lan-dim • Pastor Manoel Ferreira • Paulo Henrique Lustosa • Paulo Maluf • Paulo Roberto • Paulo Rocha • Paulo Rubem • Paulo Piau • Paulo Teixeira Pedro Chaves • Pedro Eugenio • Pedro Novais • Pedro Wilson • Perpétua Almeida • Pinto Ita-maraty • Praciano • Professor Sétimo • Professora Raquel Teixeira • Raimundo Gomes • Raul Henry • Raul Jugmann • Rebecca Garcia • Reginaldo Lopes • Rei-naldo Nogueira • Renato Amary • Re-nato Molling • Ricardo Barros • Ricardo Izar • Ricardo Tripoli • Rita Camata • Ro-berto Rocha • Roberto Santiago • Rodri-go Rocha Loures • Rodovalho • Rodrigo Rollemberg • Romulo José Gouvea • Rubens Otoni Sabino • Castelo Branco • Sandro Mabel • Sarney Filho • Sebas-tião Bala Rocha • Sebastião Madeira • Sérgio Brito • Severiano Alves • Silvio Torres • Solange Amaral • Solange Al-meida Takayama • Tatico • Tarcísio Zim-merman • Thelma de Oliveira • Vaccare-za • Valadares Filho • Valtener Pereira • Vanderlei Macris • Vanessa Grazziotin • Vieira Da Cunha • Virgilio Guimarães • Vital do Rêgo Filho • Vítor Penido • Vig-natti • Waldir Maranhão • Waldir Neves • Walter Ihoshi • Wellington Fagundes • Wellington Roberto • William Woo • Wilson Santiago • Zenaldo Coutinho • Zé Gerardo • Zequinha Marinho

Senadores

Cícero De Lucena Filho • Cristovam Buarque • Fernando Collor • Fran-cisco Dornelles • João Vicente Clau-dino • José Nery • Marina Silva • Papaléo Paes • Paulo Paim • Renato Casagrande • Romero Jucá • Serys Slhessarenko

O relatório completo da Frente Ambien-talista de 2007/2008 Está Disponível No Site: www.frenteambientalista.com



Coordenador-Geral: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

Subcoordenadores: Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Luiz Carreira (DEM-BA)

Secretário-Geral: Deputado Paes Landim (PMDB-PI)

Conselho Executivo: Deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Nilson Pinto (PSDB-PA)

Conselho Consultivo:

Mário Mantovani • SOS Mata Atlântica

André Lima • Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM)

Sérgio Bersseman • Instituto Pereira Passos

Fábio Feldman • Fórum Paulista de Mudanças Climáticas

Grupos de Trabalho

Água

Coordenador: Jorge Khoury (DEM-BA)

Cerrado & Caatinga

Coordenadores: Dep. Jusmari (PR-BA) e dep. Pedro Wilson (PT-GO)

Clima

Coordenador: Dep. Rocha Loures (PMDB-PR)

Conservação Marinha

Coordenador: Dep. André de Paula (DEM-PE)

Educação Ambiental

Coordenador: Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP)

Energias Renováveis

Coordenador: Dep. Mendes Thame (PSDB-SP)

Fauna

Coordenador: Dep. Ricardo Tripoli (PSDB-SP)

Floresta

Coordenador: Dep. Luiz Carreira (DEM-BA)

Questões Urbanas

Coordenador: Dep. Rebecca Garcia (PP-AM)

Resíduos

Coordenador: Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

Edição

Eliana Lucena

Fotos

Agência Câmara, Agência Senado,

Tania Rodrigues e Flickr

Projeto gráfico e diagramação

Henrique Eduardo Araújo (61) 9262-0861

Assessora da SOS Mata Atlântica e da Frente Parlamentar Ambientalista

Lídia Parente

Assessora da coordenação da Frente

Diva Alves Carvalho

Câmara dos Deputados:

Tel.: (61) 3215-5202 – Fax: (61) 3215-2202

dep.sarneyfilho@camara.gov.br

brasiliasosma.org.br

Este informativo visa divulgar as ações da Frente Parlamentar Ambientalista.